



## Algumas considerações sobre a memória, a formação das palavras e as regras do método hermenêutico de Espinosa

### Some considerations about memory, the formation of the words and the rules of Spinoza's hermeneutical method.

Giorgio Gonçalves Ferreira<sup>1</sup>  
giorgio.ferreira@gmail.com

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é discutir a memória e a formação da palavra no pensamento de Espinosa e evidenciar em que medida a definição genética, enunciada no *Tratado da Emenda do Intelecto*, norteia tanto a composição do *Compêndio de Gramática de Língua Hebraica* quanto o método hermenêutico proposto no *Tratado Teológico-Político*. Ou seja, pretende-se evidenciar em que medida se pode afirmar que o *Compêndio de Gramática de Língua Hebraica* e o método de interpretação da Escritura seguem o modelo geométrico e imanente que caracterizam o pensamento de Espinosa; e, para isso, serão destacadas as funções desempenhadas pelos sons, pelas imaginações e pela práxis como causa próxima da linguagem. Por fim, será evidenciado em que medida o primeiro gênero de conhecimento se subdivide em conhecimento que se dá pela imaginação/memória e conhecimento que se dá pela linguagem bem como serão indicadas algumas possíveis aproximações entre Espinosa e discussões contemporâneas da linguística.

**Palavras-chave:** Espinosa, linguagem, memória, hermenêutica, método.

**Abstract:** The aim of this article is to discuss memory and word formation in Spinoza's thought and to show that the genetic definition, enunciated in the *Treatise on the Emendation of the Intellect*, guides both the composition of the *Compendium of Hebrew Grammar* and the hermeneutical method proposed in the *Theological-Political Treatise*. In other words, it is intended to show that the *Compendium of Hebrew Grammar* and the method of interpreting Scripture follow the geometric and immanent model that characterize Spinoza's thought; and, for that, the functions performed by sounds, imaginations and praxis as a proximate cause of language will be highlighted. Finally, the reasons why the knowledge of the first kind is subdivided into knowledge that occurs through imagination/memory and knowledge that occurs through language will be highlighted, as well as some possible approximations between Spinoza and contemporary discussions of linguistics.

**Keywords:** Spinoza, Language, Memory, Hermeneutics, Method.

1 Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), DCHT, Campus XXI, Ipiaú-BA

## A memória e a formação das palavras

Após esclarecer em EIIP18<sup>2</sup> que a memória é uma certa concatenação de ideias que envolve, mas não explica, a natureza dos corpos exteriores, e que se faz segundo a ordem e a concatenação das afecções do corpo humano, Espinosa oferecerá uma breve — mas assaz esclarecedora — explicação do processo de significação das palavras.

Compreendemos, assim, claramente, porque a mente passa imediatamente do pensamento de uma coisa para o pensamento de uma outra que não tem com a primeira qualquer semelhança [*quae nullam cum priore habet similitudinem*]. Por exemplo, um romano passará imediatamente do pensamento da palavra [*cogitatione vocis*] *pomum* para o pensamento de uma fruta [*cogitationem fructus*], a qual não tem qualquer semelhança com o som assim articulado [*qui nullam cum articulato illo sono habet similitudinem*], nem qualquer coisa de comum com ele a não ser que o corpo desse homem foi, muitas vezes, afetado por essas duas coisas, isto é, esse homem ouviu, muitas vezes, a palavra [*voce*] *pomum*, ao mesmo tempo que via essa fruta. E, assim, cada um passará de um pensamento a outro [*et sic unusquisque ex una in aliam cogitatione incidet*], dependendo de como a prática usual [*consuetudo*]<sup>31</sup> tiver ordenado, em seu corpo, as imagens das coisas. Com efeito, um soldado, por exemplo, ao ver os rastros de um cavalo sobre a areia, passará imediatamente do pensamento do cavalo para o pensamento do cavaleiro e, depois, para o pensamento da guerra, etc. Já um agricultor passará do pensamento do cavalo para o pensamento do arado, do campo, etc. E, assim, cada um, dependendo de como se habituou a unir e a concatenar as imagens das coisas, passará de um certo pensamento a este ou àquele outro. (EIIP18esc.)

Nessa passagem observa-se que Espinosa distingue entre som articulado [*sonus articulatus*] e a imaginação<sup>4</sup>, que neste caso, é o “pensamento de uma fruta” [*cogitationem fructus*], e que desempenha o papel de referencial, ou significado, associado ao som articulado. (ii) Também se observa que, segundo o autor, passa-se do pensamento da palavra [*cogitatione vocis*] para o pensamento do fruto

2 Os textos de Espinosa também serão citados conforme a edição das obras completas de Carl Gebhardt (Gebhardt, 1925). Assim, G se refere ao editor; os algarismos romanos, ao volume; e os algarismos arábicos, à página.

3 Alteramos, aqui, a tradução de Tomaz Tadeu, o qual traduz “*consuetudo*” por “hábito”. Embora esteja correta, a opção de Tomaz Tadeu deixa de lado o caráter dinâmico da linguagem, que constantemente se transforma devido à maneira como os termos são empregados, isto é, devido ao uso que se faz do termo.

4 Sobre a diferença entre imaginação e imagem, cf. EIIP17esc. “Daqui em diante, e para manter os termos habituais, chamaremos de **imagens** das coisas [*rerum imagines*] as afecções do corpo humano, cujas ideias nos representam os corpos exteriores como estando presentes, embora elas não restituam as figuras das coisas. E quando a mente considera os corpos dessa maneira, diremos que ela os imagina. Aqui, para começar a indicar o que é o erro, gostaria que observassem que as **imaginações** da mente [*mentis imaginationes*] [...]” (EIIP17esc.) (negrito nosso). Para um exame mais detalhado acerca da diferença entre imagem e imaginação, cf. FERREIRA, 2020.

[*cogitationem fructus*], não se passa da palavra à coisa, mas do pensamento da palavra, isto é, do pensamento do som articulado, ao pensamento do fruto, isto é, à imaginação do fruto, ou seja, passa-se de um pensamento a outro [*ex una in aliam cogitatione incidet*]. Ainda segundo o autor, entre o pensamento do som articulado e o pensamento do fruto não há nenhuma relação de semelhança [*qui nullam cum articulato illo sono habet similitudinem*]. E, por fim, a passagem de um pensamento a outro, na linguagem, é mediada pela prática usual [*consuetudo*].

Cinco elementos se distinguem nessa passagem de Espinosa: (i) o som articulado, (ii) o pensamento do som articulado<sup>5</sup>, (iii) a coisa externa, (iv) o pensamento dessa coisa, ou a imaginação, que compõe o significado ao qual remete o pensamento do som articulado, e (v) a associação entre estas duas coisas pela prática usual. Deve-se ter em mente a distinção entre esses elementos devido ao fato de Espinosa indicar que a imaginação é mental e que a essência das palavras se compõe de movimentos corporais<sup>6</sup>. Donde se segue que a gênese do significado não é a mesma gênese da palavra — som articulado —: são séries distintas. Além disso, Espinosa nos diz que associamos a imaginação ao pensamento do som articulado através da prática usual (*consuetudo*). Assim, temos três séries causais determinando o signo: os movimentos corporais, a imaginação, e a prática usual ou uso comum. O primeiro pertence ao campo da extensão, o segundo ao campo do pensamento individual, e o terceiro ao campo da prática coletiva, e envolve ambos.<sup>7</sup>

A palavra, nos diz Espinosa, possui os movimentos corporais — e não as imaginações — por essência. Isto significa dizer que sua gênese deve ser buscada nos movimentos corporais, e não em seu significado, isto é, nas imaginações. Ora, quais são estes movimentos corporais que compõem a essência das palavras? Para sabê-lo, nada melhor do que irmos para o *Compêndio de Gramática da Língua Hebraica* (CGLH).

A primeira coisa a se destacar sobre o CGLH é a polêmica, que divide os comentadores, acerca da possibilidade da aplicação do método geométrico à análise da língua.<sup>8</sup> A polêmica se instaura a partir do prefácio redigido por Meyer, o qual afirma as intenções de Espinosa de compor a gramática hebraica à maneira

5 Ao distinguir entre o som e o pensamento desse som, Espinosa parece prenunciar a distinção proposta por Saussure entre o som e a sua imagem acústica, bem como antecipar a diferença entre a fonética (que estuda os aspectos fisiológicos dos sons de uma língua) e a fonologia (que estuda os fonemas). Sobre a noção de imagem acústica, cf. SAUSSURE, 1967, p. 98.

6 “[...] a idéia (por ser um modo do pensar) não consiste nem na imagem de alguma coisa, nem em palavras [*atque adeo clare intelliget ideam (quandoquidem modus cogitandi est) neque in rei alicujus imagine neque in verbis consistere*]. Pois **a essência das palavras e das imagens é constituída exclusivamente de movimentos corporais**, os quais não envolvem, de nenhuma maneira, o conceito do pensamento [*Verborum namque et imaginum essentia a solis motibus corporeis constituitur, qui Cogitationis conceptum minime involvunt*].” (EIIIP49esc) (negrito nosso). Sobre imaginação e imagem, cf. nota anterior.

7 Há um entrecruzamento entre as três séries aqui apontadas, o qual será esclarecido mais adiante.

8 Acerca do assunto, cf. SANTIAGO, 2013.

geométrica.<sup>9</sup> Seguindo a indicação dada por Meyer, a análise que aqui se inicia supõe que o autor tivesse a intenção de compor esta gramática a partir de um modelo geométrico. Mas qual modelo seria esse? Esse modelo geométrico é, evidentemente, o modelo euclidiano, no qual as propriedades de uma coisa são deduzidas a partir de sua definição. Convém destacar, ainda, que, em Espinosa, a definição deve conter a causa próxima daquilo que se define (TIE §92 e §96).<sup>10</sup> Dessa maneira, se o CGLH deve seguir os métodos indicados por Espinosa acerca da geometria, é de se supor que ele siga os padrões da definição genética indicados no TIE, isto é, que parta das definições e que as definições contenham as causas próximas daquilo que se define. Tal suposição é perfeitamente condizente com o início do CGLH, uma vez que ele inicia justamente por aquilo que compõe a causa próxima das palavras, qual seja, o som articulado (CGLH, 1; G I 287).<sup>11</sup> É justamente porque instaura-se no âmbito de um método geométrico que Espinosa aplica o método de definição genética à língua.

Ao escrever seu *Compêndio de Gramática Hebraica*, Espinosa inicia pela diferenciação, presente na língua hebraica, entre letra e vogal (CGLH, 1; G I 287).<sup>12</sup> A letra, nos diz Espinosa, é o signo que indica um movimento da boca conforme a origem dos sons emitidos. A vogal, por sua vez, é o signo que indica um som fixo e determinado. Assim, a vogal é como um sopro — “a” “e” “i” etc.<sup>13</sup> —, ao passo que a letra<sup>14</sup> é o movimento da boca que acompanha esse sopro, articulando-o. Se a palavra é um som articulado ela é composta de vogais (som) e letras (articulação; co-sonante). É neste sentido que “as vogais são a alma das letras” e “as letras sem vogais são corpos sem almas”, ou seja, a vogal, ela mesma, sem a articulação dada pela letra/consoante é apenas um sopro, ao passo que a letra/consoante sem a vogal é uma articulação no vazio. Assim sendo, não seria sem razão se alguém dissesse que a vogal é a vocalização, a emissão do som, ao passo que a letra é aquilo que articula este som. Nesse sentido, vogal e letra compõem, conjuntamente, um som articulado, isto é, a essência das palavras, tal qual é dito pelo autor na *Ética*. Se o

9 Cf. SANTIAGO, 2013, p. 24. Convém notar que a passagem não consta nas edições consultadas para a confecção do artigo, e que Santiago observa que a mesma se faz presente apenas na edição holandesa das obras completas de Espinosa.

10 Sobre o assunto, cf. REZENDE 2004 e 2012.

11 A análise aqui proposta limita-se apenas aos capítulos iniciais do CGLH devido ao fato de que a leitura exaustiva da obra no intuito de corroborar esta hipótese ultrapassa os limites deste artigo. As passagens do *Compêndio de Gramática da Língua Hebraica* serão citadas conforme a tradução coordenada por Jacob Guinsburg (Cf. ESPINOSA, 2014), serão indicados os momentos em que forem feitas quaisquer alterações. Acerca do padrão de citação, serão utilizadas as letras CGLH, que remetem ao título da obra em latim, acompanhadas de um algarismo romano indicando o capítulo e um algarismo arábico indicando a página.

12 Na língua hebraica a vogal não é uma letra, e, inicialmente, não era sequer escrita. Apenas posteriormente passaram a ser designadas por acentos inseridos abaixo, acima, ou no meio das letras.

13 As vogais da língua portuguesa foram empregadas no intuito de facilitar a compreensão.

14 Por “letras” entende-se aqui as consoantes da língua portuguesa, cujo sentido “co-sonante”, aquilo que soa junto com, é esclarecedor acerca da explicação oferecida por Espinosa.

objetivo de Espinosa é aplicar o modo geométrico ao estudo da língua, já se percebe que, ao menos, ele inicia sua gramática justamente pela essência, ou causa próxima da palavra.<sup>15</sup>

O segundo capítulo do CGLH traz outros indícios de que, quando afirma que a essência das palavras são os movimentos corporais, Espinosa está se referindo aos sons articulados produzidos pelo corpo, e não ao significado, ou às imaginações, associadas às palavras. No segundo capítulo, após expor as letras que compõem a língua hebraica, Espinosa salienta a utilidade da divisão das letras, feita pelos gramáticos, a partir dos cinco órgãos utilizados para pronunciá-las: garganta, lábios, dentes, língua e palato. Nessa divisão, as letras foram classificadas em: guturais, labiais, dentais, linguais e palatais (CGLH, I; G I 289).<sup>16</sup> O elogio de Espinosa à divisão das letras conforme os órgãos utilizados para pronunciá-las — isto é, para produzir os sons — é mais um indício da tentativa do autor de deduzir as palavras a partir de sua essência ou causa próxima, qual seja, os movimentos corporais empregados na produção do som. Não se parte, pois, de uma classificação abstrata e arbitrária, mas de uma classificação a partir dos instrumentos empregados na produção dos sons. Isto significa dizer que, ainda que os sons que constituem uma língua sejam determinados pela prática usual, não é, entretanto, todo e qualquer tipo de som que se pode encontrar em uma língua: alguns sons são impossíveis de serem reproduzidos pelo aparelho fonador humano.<sup>17</sup> Dessa maneira, embora os sons que compõem uma língua sejam determinados pela prática usual, isto não significa dizer que todos os sons são possíveis, posto que o aparelho fonador humano delimita o campo de possibilidades de uma língua falada. Percebe-se, então, que há algo que não é determinado pela prática usual, mas inversamente, que determina o campo de possibilidades desta prática.

Ainda no segundo capítulo encontramos uma passagem curiosa e que corrobora essa concepção. Trata-se do momento no qual Espinosa nos oferece a razão pela qual, na língua hebraica, não se pode duplicar as letras guturais entre duas vogais: “as guturais entre duas vogais não podem ser duplicadas, **pois** [*quia*] indicam **certa abertura da garganta** [*certam aperturam gutturis*], e certo **modo de aspirar** [*modum spirandi*]; assim como para a letra H entre os latinos, entre duas

15 Note-se que por “palavra” Espinosa não parece compreender o signo linguístico em sua íntegra (significado + significante; expressão + conteúdo), mas apenas uma de suas faces, qual seja, a que se liga à articulação do som e sua representação. É quando a palavra se junta a uma imaginação, que ela ganha um significado e compõe (palavra + significado), propriamente, aquilo que hoje seria chamado de um signo linguístico.

16 Cf. também TTP, VII, p. 126 (G III 107)

17 Isto vale para todo e qualquer som existente na natureza e que não podem ser reproduzidos pelo aparelho fonador humano, seja os sons emitidos por um animal seja os sons produzidos por uma explosão, ondas do mar, etc. Mesmo entre os sons que podem ser reproduzidos pelos humanos há aqueles que não poderiam aparecer em qualquer momento da cadeia falada. Embora a noção de “cadeia falada” seja posterior a Espinosa, não nos parece que ela esteja em contradição com o que é dito no texto. Sobre cadeia falada, cf. SAUSSURE, 1967, p. 77-95.

vogais não se pode duplicar as guturais hebraicas.” (CGLH, I; G I 289) (negrito nosso). Nesta passagem percebe-se que o autor coloca a articulação do som, isto é, a essência das palavras, como causa próxima para o fato de que as guturais hebraicas não possam ser duplicadas quando encontram-se entre duas vogais. Isto significa dizer que há uma economia própria à palavra, ao som articulado, e que se deduz dos movimentos corporais, e não de seu significado.<sup>18</sup>

Explica-se, então, que ao afirmar que “a essência das palavras e das imagens é constituída de movimentos corporais” (EIIP49esc) Espinosa não se refere às imaginações, que compõem o significado das palavras, mas, respectivamente, ao som articulado e às afecções do corpo.<sup>19</sup> Além disso, que o significado não constitui a essência das palavras torna-se claro devido à própria definição de essência oferecida pelo autor.<sup>20</sup> Isto porque, de um lado, um desenho de uma vaca remete a um significado, e neste sentido o significado existe sem a palavra, isto é, sem o som articulado; por outro lado, uma palavra pode existir sem o significado, como ocorre, por exemplo, no caso das quimeras, que são classificadas pelo autor como entes verbais, e que não remetem a nada que possa cair sob o intelecto ou sob a imaginação (CM, I, 3; G I 241). Explica-se, assim, a primeira série causal de onde se deduz a gramática, e, portanto, o fato de o autor iniciar sua explicação pelas letras e vogais.<sup>21</sup>

Mas se a essência das palavras são os sons articulados não é menos verdade, também, que elas não teriam nenhuma funcionalidade se não estivessem ligadas a algum significado, e isto nos remete à segunda série causal contida na linguagem, qual seja, as imaginações, regidas pela lei dos encontros, pela experiência errática.

18 Ou seja, ao colocar o som articulado e os movimentos corporais como essência das palavras, Espinosa coloca a fonética e a fonologia como elementos primordiais para se compreender a língua falada e a sua produção.

19 Dessa maneira, parece problemática a interpretação que alguns autores, como Moreau (MOREAU, 1994, p. 310) e Olaso (OLASO, 1988, p. 24), por exemplo, fazem da afirmação de que “a essência das palavras é constituída de movimentos corporais”. Isto porque os autores citados entendem que, nessa passagem, Espinosa se refere ao fato das imaginações serem geradas a partir das afecções do corpo, e, dessa maneira, parecem ignorar que a imaginação, ou o significado, não constitui a essência da palavra. Além disso, nunca é demais lembrar que imagem e imaginação estão em planos distintos, a primeira no âmbito da extensão e a segunda no âmbito do pensamento (cf. FERREIRA, 2020). Isso significa dizer que ao colocar a essência da palavra na extensão Espinosa não está referindo-se às imaginações, que estão no âmbito do pensamento.

20 Isto é, como aquilo sem o qual a coisa não pode ser nem existir, e, inversamente, aquilo que, sem a coisa, não pode ser nem existir (cf. EIID2; KV, II, Prefácio, §5).

21 Não é sem razão que Askénazi aproxima o CGLH dos estudos morfossintáticos surgidos a partir do estruturalismo: “Descobrir os princípios da linguagem tendo em conta as definições dadas no Primeiro Capítulo do *Compêndio* é, portanto, descobrir as leis da vocalização das palavras hebraicas. É, de forma mais profunda, se perguntar quais razões podem tornar necessárias o aumento das consoantes [*consonnes*] da raiz ou o desaparecimento de algumas delas, aumento ou diminuição que provocam a modificação das vogais no interior das palavras. Espinosa descobre, isto que nenhum gramático descobriu antes dele, que para saber, de forma certa, como vocalizar as consoantes das palavras de uma língua semítica, é preciso compreender porque a raiz depois do radical (raiz vocalizada) se modifica.” (ASKÉNAZI, 2006, p. 13-14)

Acerca da imaginação que é associada ao pensamento da palavra, é possível fazer, ainda, alguns esclarecimentos, e, para isso, o exemplo proposto por Espinosa será refeito com um termo mais abstrato no intuito de colocar em evidência alguns aspectos de seu pensamento acerca da linguagem. Suponha-se, ao invés de “cavalo”, a palavra “trânsito”. Pode-se pensar, então, em dois indivíduos. O primeiro viveu em uma pacata e quente cidade do interior e costumava caminhar a pé. O segundo em uma grande e chuvosa metrópole e costumava passear de carro. O primeiro indivíduo, porque foi constantemente afetado pela visão de carros passando na rua, semáforos, placas, etc. e pelo som articulado “trânsito”, passou a associar o pensamento deste som articulado à imaginação de todas essas coisas. Neste sentido, aquilo que esse primeiro indivíduo associa ao pensamento do som articulado “trânsito” é tudo aquilo que a prática usual o fez associar. No entanto, como nasceu e foi criado em uma pacata e quente cidade do interior, onde não havia engarrafamentos, brigas, tráfego intenso de motociclistas, e tudo mais que é típico de uma grande metrópole, as últimas coisas que vêm à sua mente quando pensa no som articulado “trânsito” são (i) engarrafamento, (ii) tráfego intenso de motociclistas, (iii) brigas. Além disso, como costumava transitar pela cidade durante o dia, e como a cidade era muito quente, costuma associar o pensamento do som articulado “trânsito” ao pensamento do Sol e ao calor escaldante e à sua posição de pedestre. Por outro lado, o segundo indivíduo elencado no exemplo, que viveu em uma cidade grande e chuvosa, e que constantemente andou de carro com ar condicionado, associará ao pensamento do som articulado “trânsito”: (i) engarrafamentos, (ii) tráfego intenso de motociclistas, (iii) brigas de trânsito. Esse segundo indivíduo também associará a palavra “trânsito” ao pensamento do frio do ar condicionado, à chuva e à posição de condutor de veículo. Pode-se dizer, então, que essas duas pessoas dificilmente associariam o mesmo pensamento ao pensamento do som articulado “trânsito”. Haverá sempre uma nebulosa, um aspecto secundário ligado ao imaginário que fará com que a palavra “trânsito” tenha contornos distintos para as duas pessoas. Eis aí explicado os equívocos da linguagem: é que as imaginações envolvem ao mesmo tempo a natureza dos corpos exteriores e a natureza do corpo humano enquanto fora afetado pelas coisas exteriores (EIIP16cor.). Explica-se, também, porque o campo semântico das palavras varia de uma cultura para outra: porque pessoas que vivem em contextos distintos não associam as mesmas coisas às mesmas imaginações. Explica-se, também, porque não se pode estudar uma língua sem compreender o contexto no qual ela fora produzida, a cultura que a envolve, e que, havendo variação no contexto, haverá variação no significado atrelado ao som articulado.

A terceira noção envolvida na linguagem é a noção de prática usual, ou uso comum, pela qual o pensamento de um som articulado é associado ao pensamento de uma coisa, isto é, pela qual uma palavra é associada a uma imaginação. Assim, uma vez que o processo de significação — a associação entre o pensamento de um som articulado e uma imaginação — é mediado pela prática usual [*consuetudo*] explica-

se, também, o motivo pelo qual culturas distintas — que possuem práticas distintas e se dão em contextos distintos — costumam associar sons articulados distintos a pensamentos distintos, ou até mesmo, sons articulados semelhantes a pensamentos distintos, como no caso de diversas palavras que possuem significados distintos no Brasil e em Portugal, ou como no caso de palavras que possuem significados distintos em épocas distintas.

Ocorre que a prática usual não apenas associa o pensamento do som articulado à imaginação, ela também altera essa significação.<sup>22</sup> E, mais que isso, a prática usual não apenas altera o significado, mas, justamente porque altera o significado, altera também a classificação gramatical dos termos.<sup>23</sup> Para empregarmos um exemplo oferecido pelo próprio Espinosa, é por conta do uso — da prática comum — que o participio degenera em puro adjetivo.<sup>24</sup> Ora, qual é o motivo pelo qual Espinosa afirma que o nome deve ser a classe central para a explicação da gramática hebraica?

Entre os latinos a oração é dividida em oito partes, mas é duvidoso que os hebreus a dividam em tantas partes. Pois todas as palavras hebraicas, à exceção das interjeições, das conjunções e de uma ou outra partícula, têm o valor e as propriedades do nome. Visto não haverem atentado para isso, os gramáticos julgaram irregulares muitas coisas que, **de acordo com o uso comum da língua** [*ex uso linguæ*], são absolutamente regulares [...]. (CGLH, V, p. 418; G I 303) (negrito nosso)

Nesta passagem percebe-se que aquilo que autoriza Espinosa a não dividir as partes das orações da língua hebraica conforme as partes das orações da língua latina — como o faziam os gramáticos de sua época — é o fato de conseguir explicar adequadamente o uso comum da língua ao remeter todas as partes da oração — com exceção das citadas — ao nome. É assim, pautado na prática usual, que, segundo Espinosa, sua gramática consegue evidenciar a regularidade os outros gramáticos não enxergavam; e, se o nome foi colocado por Espinosa em situação privilegiada para o estudo da língua hebraica, e se o autor não propõe o mesmo para o latim, não é porque o nome possui alguma sorte de estatuto epistemológico, mas é somente

22 Veja-se, por exemplo, a análise dos termos hebraicos “*ruagh*” e “*nabi*” no primeiro capítulo do TTP (G III 15-29).

23 Veja-se, por exemplo, que é a prática usual que, segundo Espinosa, faz com que o termo hebraico “*ruagh*”, que, inicialmente designava “vento”, passasse, por metáfora, a ser empregado também para designar (i) “sopro”, “hálito”, (ii) “respiração” ou “ânimo”, (iii) “coragem” ou “força”, (iv) “virtude”, (v) “convicção” (vi) “mente” ou (vii) “as partes do mundo” (TTP, II, p. 23-24; G III 21-23). Como se percebe, o termo, que inicialmente designava algo concreto, passou a ser usado para designar coisas cada vez mais abstratas.

24 “Mas esses participios degeneram com frequência em adjetivos. No entanto, eu os chamo participios, porquanto eles significam um modo pelo qual uma coisa é considerada como estando presente. Na verdade, não é raro que degenerem em puros adjetivos que indicam os atributos das coisas; por exemplo, סופר ‘*sofer*’ é um participio que significa ‘homem que conta’, isto é, ‘que está agora ocupado em contar’; mas quase sempre se **emprega** [*usurpatur*] sem nenhuma relação com o tempo e significa ‘homem que tem o ofício de contar’, ou seja, ‘escriba’.” (CGLH, XXIII; G I 396). (negrito nosso)



por conta do uso feito pelos hebreus, que difere do uso feito pelos latinos. Além disso, é também a prática e a cultura aquilo que explica as concepções de tempo presentes na gramática da língua hebraica.<sup>25</sup>

Curiosamente, uma das análises que melhor demonstram que o uso é a noção central pela qual Espinosa explica o processo de significação, a morfologia e as classes gramaticais é a análise de Moreau (cf. MOREAU, 1994, p. 331-348). Foi dito “curiosamente” porque é justamente pautado no fato de Espinosa se apoiar no uso comum, na prática, que Moreau afirma que não há nenhuma lei regendo o processo de significação e o estabelecimento das classes gramaticais, etc.<sup>26</sup> Ora, a prática usual a qual Espinosa tanto se refere — e que Moreau muito bem salienta — é precisamente aquilo que nos permite explicar, como que por suas causas, as classes gramaticais, a morfologia, etc. Essa práxis da língua é o que a coloca no plano do “arbitrário”, mas é também exatamente aquilo que permite perceber as regras e leis que regem uma língua.<sup>27</sup> Ora, qual é o motivo pelo qual Espinosa afirma que o nome deve ser a classe central para a explicação da gramática hebraica? É precisamente o uso da língua. É precisamente porque a significação — a junção entre o som articulado e a imaginação — se dá através da prática que se faz necessário o conhecimento da cultura e dos costumes de um povo para a compreensão do uso que se fazia dos termos.<sup>28</sup>

Assim, temos que (i) os movimentos corporais permitem deduzir as propriedades do som articulado ou palavra, (ii) a formação da imaginação a partir da ideia de uma afecção do corpo permite compreender a formação do significado que será associado à palavra pelo uso comum, bem como de seu campo semântico, e (iii) a prática usual, por sua vez, permite explicar a junção entre um som e um significado, bem como as alterações históricas pelas quais uma língua passa e suas classes gramaticais. Ora, se o processo de significação é determinado por três elementos — a imaginação, o som articulado e a prática usual — é através destes três elementos que se explica a língua e suas transformações.<sup>29</sup> Note-se que estes três

25 “Os hebreus não costumam referir as ações a nenhum outro tempo senão ao passado e ao futuro. A razão disso parece ser que eles reconheciam somente essas duas partes do tempo, e que consideravam o tempo presente como um ponto, isto é, um ponto no fim do pretérito e no começo do futuro; digo, parece que consideravam o tempo como uma linha cujos pontos eram o final de uma parte e o começo de outra parte.” (CGLH, XIII; G I 343)

26 “O mesmo arbitrário que regula a significação das palavras regula, portanto, também sua estruturação sonora e suas variações de forma. Nós somos sempre no mundo das existências, onde apenas a experiência nos instrui sobre isto que é realmente passado.” (MOREAU, 1994, p. 340)

27 Nesse sentido, as leis que regem uma língua seriam tão arbitrárias quanto as leis de um país. São arbitrárias porque são estabelecidas por convenção, mas, por outro lado, essas convenções não são arbitrárias no sentido em que se dão inteiramente ao acaso e dissociadas da práxis de um povo.

28 Note-se que é precisamente conhecendo a cultura e a organização social dos antigos judeus que Espinosa consegue explicar o significado de profeta (*nabi*) na Escritura (TTP, I, 15; G III 15)

29 Apesar de bastante lúcida e de possuir o mérito de evitar submeter as reflexões de Espinosa sobre a linguagem às categorias de substância e modos presentes em sua metafísica, dois pontos

elementos compõem três séries distintas que, apesar de se cruzarem e se modificarem o tempo todo, não estabelecem qualquer paralelismo entre si. Além disso, o fato de serem séries distintas não implica que não haja cruzamentos entre estas séries e que elas não se determinem mutuamente.

Desse modo, se é possível dizer que o CGLH é construído segundo o método geométrico, é porque ele pode ser deduzido do cruzamento destas três noções básicas<sup>30</sup> — som articulado, imaginação e hábito — e não porque parta das noções de substância, atributo e modo, ou porque o nome possua alguma sorte de privilégio metafísico e *a priori*, como é defendido por alguns comentadores.

### **A natureza da linguagem e as regras do método hermenêutico**

As três noções elencadas acima — som articulado, imaginações e uso comum — explicam também a ordem dedutiva contida nas três regras de interpretação oferecidas pelo autor no cap. VII do TTP. Ao comentar o método de interpretação da Bíblia, Espinosa enuncia que “o método de interpretar a Escritura não difere do método de interpretar a natureza; concorda até inteiramente com ele” (TTP, VII, 222; G III 98). Com tal informação Espinosa nos indica que o método de interpretação da Escritura deve seguir as prescrições do método de interpretar a natureza indicado no TIE, qual seja, o método de definição genética, isto é, que uma coisa deve ser inteligida por sua causa próxima (TIE, §95). Como foi visto, é esse o método geométrico aplicado à linguagem, e é esse o método que deverá ser aplicado à Escritura. Ainda no início do capítulo VII do TTP, antes de iniciar as regras do seu método de interpretação, Espinosa enuncia, como regra universal, que “não devemos lhe atribuir [à Escritura] outros ensinamentos além dos que tenhamos

---

parecem problemáticos na análise tecida por Moreau. O primeiro é que ele parece não dissociar a série causal pela qual se explica a formação do som, que se deduz do aparelho fonador, da série causal que explica a formação do significado, que se explica pelas imaginações. O segundo é a afirmação de que o arbitrário regula a significação, a estruturação sonora e a formação das palavras. Ora, o fato de o uso comum constituir-se como uma categoria central não faz, todavia, com que o arbitrário regule a estruturação sonora, o significado e as variações de forma. Primeiro porque, ainda que queira, o ser humano não pode ultrapassar os limites de seu próprio corpo e inserir na linguagem sons que não são suscetíveis de serem produzidos pelo mesmo. Segundo porque, ainda que as imaginações sejam produzidas a partir da experiência errática, isto não significa dizer que ela — a imaginação — não seja regida por leis. Se Espinosa pôde determinar que um soldado e um camponês não associam as mesmas imaginações às pegadas de um cavalo é justamente porque essa associação não se faz de maneira arbitrária. Se assim o fosse, jamais se saberia quais imaginações um camponês e um soldado associariam às pegadas de um cavalo, e a afirmação de Espinosa não teria fundamento algum. Terceiro, porque o processo de significação obedece às três séries causais indicadas: a do som articulado, a das imaginações e a do uso comum. Se o processo de significação não obedecesse a regra alguma, uma língua jamais seria possível, e muito menos uma gramática, da mesma maneira, comunicação alguma se estabeleceria entre os falantes de uma mesma língua.

30 Não é necessário que a dedução geométrica parta de um único elemento. Até mesmo a dedução do círculo por sua causa próxima emprega três elementos: o segmento de reta, o movimento e o ponto em torno do qual gira o segmento de reta.

claramente concluído pela sua história<sup>31</sup> (TTP, VII, 224; G III 99), e esta história, ou seja, esses fatos constatados são (i) a natureza e as propriedades da língua em que foram escritos cada um dos livros, (ii) as opiniões contidas em cada livro, (iii) os pormenores de cada livro e da vida de cada autor.

É a partir da língua que se constrói um texto falado ou escrito, ou seja, a língua é o elemento fundamental do texto: sua causa próxima. Dessa maneira não é de se estranhar que Espinosa coloque o conhecimento da natureza da língua e de suas propriedades como a primeira das regras universais para a interpretação de um texto. E é porque a língua, com os seus três elementos constitutivos, é o elemento fundamental do texto que a interpretação do texto deve ser feita a partir dela, e não o inverso; isto é, não se deve partir da interpretação do texto para tentar compreender a língua, como faziam os estudiosos que tentavam erigir a gramática hebraica a partir da interpretação que faziam do texto bíblico. Eis o motivo pelo qual Espinosa sentencia: “[...] há muitos que escreveram uma gramática da Escritura, porém nenhum que haja escrito uma gramática da língua hebraica” (CGLH, VII; G I 310). A tentativa malfadada de compreender a língua a partir da interpretação não poderia, senão, conduzir a novos equívocos tanto acerca da língua quanto acerca da interpretação. Com efeito, é porque ignora a estrutura da língua hebraica, e porque interpreta o Evangelho de João segundo esquemas europeus, que Oldenburg não compreende aquilo que é designado como “o verbo”<sup>32</sup> na afirmação de que “o Verbo se fez carne” (cf. Carta 75; G IV 311-316). Da mesma maneira, é porque ignoram as figuras retóricas da língua hebraica que, para muitos, a bíblia não parece descrever senão milagres.<sup>33</sup> Além disso, o conhecimento da maneira como se articulam os

31 Acerca do uso do termo “história” Zac pontua que Espinosa o compreende o termo história em seu sentido grego, qual seja, um inquérito, uma listagem dos elementos que estão em jogo, uma anotação dos fatos constatados: “[...] a palavra ‘história natural’ significa uma documentação sobre os fatos, da natureza, em oposição à sua interpretação, objeto da ciência propriamente dita.” (ZAC, 1965, p.29)

32 “Por meio de hayah podemos compreender o que era o ‘ser’ para os israelitas. Não algo objetivo, como para nós, nem algo que permanece em si mesmo no repouso e na identidade, como para os gregos, mas (...) as coisas e o mundo como totalidade das coisas eram para eles algo vivente, atuante e efetivante, sem que isto tivesse algo a ver com um panpsiquismo, ainda que as melhores analogias para compreender o ‘ser’ em hebraico sejam psicológicas” (BOMAN, Thorleif. Hebrew Thought compared with Greek apud CHAUI, 1983, p. 101)

33 “Importa, finalmente, para entender os milagres tal como aconteceram, conhecer as expressões e figuras de retórica utilizadas pelos hebreus. Quem não tiver isso em devida conta acrescentará à Escritura muitos milagres que os seus autores nunca pensaram em narrar [...]. Por exemplo, Zacarias, falando de uma próxima guerra, diz no cap. XIV, 7: e será um dia inteiro, um dia que só Deus conhece (pois não será) nem dia nem noite, mas à tarde surgirá a luz. Com essas palavras, parece que está predizendo um grande milagre e, no entanto, quer dizer apenas que o combate estará indeciso durante todo o dia, que só Deus sabe o seu desfecho, e que à tarde alcançam a vitória. Era com frases dessas, efetivamente, que os profetas costumam predizer e escrever as vitórias e as derrotas das nações. [...] O mesmo Isaías (cap. XLVIII, penúltimo versículo), para dizer aos judeus que voltariam sãos e salvos da Babilônia para Jerusalém e que não sofreriam a sede durante o caminho, diz: e não sofreram sede, conduziu-os através dos desertos e para eles fez brotar a água do rochedo, partiu a pedra e as águas jorraram. Com essas palavras, note-se,

sons de uma determinada língua se faz necessário para que se compreenda melhor as variantes linguísticas dentro de um determinado texto, bem como suas passagens obscuras.<sup>34</sup>

O que se vê, já nessa primeira regra, é que o método de interpretar a Escritura leva em consideração a natureza da língua e não se atém apenas ao significado das palavras, mas também aos sons, aos usos, às classes gramaticais, etc. Isso indica que há uma linha de continuidade entre o método usado para a construção do CGLH e o método hermenêutico: é da língua e da natureza do signo linguístico<sup>35</sup> que se deduz a interpretação do texto.

Da natureza do signo linguístico deduz-se, também, a segunda regra do método. Ora, se o signo linguístico é a associação, mediada pelo uso comum, entre o pensamento de um som articulado e uma imaginação, segue-se daí, como já foi dito, que o uso comum é o elemento determinante desta associação, de modo que nem sempre culturas distintas associam as mesmas imaginações em um mesmo signo, ou que nem sempre pessoas distintas — mesmo que falantes de uma mesma língua — empregam os mesmos termos com o mesmo sentido. Assim, uma vez que nem todos os autores empregam os mesmos termos com os mesmos sentidos, deve-se, então, “coligir as opiniões contidas em cada livro e reduzi-las aos pontos principais, de forma que se encontre facilmente todas as que se referem ao mesmo assunto” (TTP, VII, 117; G III 100). Com isso, evita-se transpor o sentido em que um autor emprega um termo, para outro autor que emprega o mesmo termo com um sentido distinto. Ademais, funções sociais distintas implicam em posições discursivas distintas e, portanto, sentidos distintos. Dessa maneira, para que se compreenda o uso feito pelo autor “temos que ver quem é que disse, a quem o disse, e em que altura.” (TTP, VII, 121; G III 102). Com efeito, como destaca Santoyo, um legislador, um profeta e um douto não dizem as coisas no mesmo sentido: “[...] não é o mesmo redigir para constituir um estado (Moisés) e receber mensagens para

---

quer simplesmente dizer que os judeus encontrariam no deserto, como de fato aconteceu, fontes em que saciariam a sede. [...] Quero apenas notar que os hebreus não usavam tais expressões apenas como ornamentos literários, mas também e sobretudo para falarem com devoção. [...] e por isso também eles atribuíam tudo a Deus, de tal modo que a Escritura não parece descrever senão milagres, mesmo quando fala das coisas mais naturais, como os exemplos que já apresentamos demonstram.” (TTP, VI, p. 110-111; G III 93-94)

34 (i) “Em primeiro lugar, a ambigüidade e a obscuridade das frases da Bíblia derivam muitas vezes de se confundirem as letras pronunciadas com o mesmo órgão. [...] Assim, por exemplo, as letras Aleph, Het, Ayin e He chamam-se guturais e, tanto quanto sabemos, empregam-se indiscriminadamente. El, que significa para, toma-se muitas vezes por hgal, que significa sobre, e vice-versa. Daí acontecer que todas as partes da proposição se tornam muitas vezes ambíguas ou aparecem como sons sem nenhum significado.” (TTP, VII, p. 125-126; G III 107) cf. também TTP, IX, p. 169 (G III 139-140).

(ii) “Enfim, as letras de um mesmo órgão [da fala] são muitas vezes na Escritura substituídas uma pela outra, como

35 Por signo linguístico entende-se, aqui, a junção entre um som articulado e um significado. Como foi visto mais acima, Espinosa concebe a palavra como sendo apenas o som articulado.

ratificar a aliança do povo judeu (profetas) ou mesmo escrever em um momento de dissolução, com uma ótica doutoral e com um conteúdo especulativo e universal das coisas (Cristo e os apóstolos)” (SANTOYO, 2009, p. 55). As palavras de Moisés são mandamentos, ordens válidas para um dado contexto histórico; as palavras dos profetas são narrativas que indicam o porvir, e não necessariamente o certo e o errado; as palavras de Cristo e dos apóstolos não são nem ordens e nem narrativas do porvir, mas ensinamentos que se pretendem universais e que caberá a cada um escolher se seguirá ou não. Tomar as palavras dos profetas como mandamentos, as do legislador como ensinamentos e as dos apóstolos como profecias, é ignorar o uso que cada um deles faz da linguagem. E ignorar o uso feito da linguagem é ignorar o sentido em que cada um fala e não compreender a mensagem contida em suas palavras.

Outro ponto que também se relaciona com o significado e com a prática usual é o fato de um significado ser estabelecido sempre de maneira relacional. As imaginações não possuem significados em si e por si, mas apenas mediante a relação que estabelecem umas com as outras.<sup>36</sup> Uma imaginação só pode ser percebida em conjunto com outras, através do contraste (cf. FERREIRA, 2020, 142-144; VINCIGUERRA, 2005, p. 49). Da mesma maneira um signo linguístico, cujo significado é uma imaginação, só possui significado dentro de um determinado contexto, e, alterando-se o seu contexto, altera-se o seu significado: o contexto é elemento determinante da significação. Esse é o motivo pelo qual Espinosa afirma que, quando se trata da análise da Escritura, deve se considerar uma opinião clara ou obscura “conforme a facilidade ou dificuldade com que se apreende o seu sentido pelo contexto, e não conforme a facilidade ou dificuldade com que se apreende a sua verdade pela razão” (TTP, VII, 118; G III 100).

Ainda acerca da segunda regra, é também pelo fato da imaginação envolver o contexto no qual ela foi produzida que o campo semântico de um mesmo termo varia de uma língua para outra, ou de um autor para outro. Entende-se, então, o motivo pelo qual Espinosa exemplifica essa segunda regra analisando uma suposta contradição entre as afirmações de que “Deus é fogo” e que Deus não tem nenhuma semelhança com as coisas visíveis, ambas feitas por Moisés. A solução oferecida por Espinosa para conciliar estas duas passagens consiste justamente na análise do campo semântico da palavra “fogo”, empregada por Moisés, a qual, em hebraico, também pode designar ciúme ou cólera,<sup>37</sup> o que nem sempre ocorre em outras línguas.<sup>38</sup> Assim, para que se compreenda o sentido de um enunciado deve-se levar

36 É por isso que uma ideia isolada não é senão uma certa sensação (TIE, §78), ou “quando a parede é toda branca, não há nela nem isso nem aquilo” (KV, II, 20, §3, nota marginal, art. 8).

37 “[...] como a palavra ‘fogo’ é usada [no hebraico] também para significar cólera e ciúme (ver Jó, cap. XXXI, 12), é fácil conciliar as frases de Moisés e concluir que as expressões ‘Deus é fogo’ e ‘Deus é ciumento’, traduzem uma só e mesma opinião” (TTP, VII, p. 119; G III 101)

38 Ou seja, ao afirmar que “Deus é fogo”, Moisés sinaliza para uma característica de seu temperamento, e não exatamente para o fato de Deus ser algo físico. Ao proceder dessa maneira —

em conta que o sentido dos termos deve ser extraído do uso e do campo semântico permitido pela língua em que o mesmo fora escrito, e não tendo em vista a língua para o qual o texto fora traduzido ou na qual ele é lido, ou pelo contexto criado pelo leitor.<sup>39</sup>

A terceira regra elencada pelo autor no Capítulo VII do TTP prescreve que conheçamos também a vida de cada um dos autores, a época em que cada um viveu, os autores que conheceu, os percalços históricos pelos quais passaram os seus escritos, etc. Esta regra afunila as demais no sentido em que prescreve o conhecimento mais específico não apenas da língua ou do contexto, mas também dos costumes de cada autor. Isto que, pela mesma razão das demais — a natureza do signo linguístico — faz com que se saiba com mais precisão o sentido em que cada autor usa os termos. Com efeito, é apenas conhecendo a história de vida de João que Espinosa pode decretar que ele hebraíza mesmo quando escreve em grego (Carta 75; G IV 315). Essa regra não apenas afunila as demais, ela também desemboca nos aspectos que envolvem a composição e a edição dos escritos bem como os seus percalços históricos: edições, rasuras, traduções, etc.<sup>40</sup>

### **A linguagem, a imaginação e a memória**

As imaginações são ideias produzidas a partir de imagens corpóreas (FERREIRA, 2020). Elas estão presentes tanto na memória quanto no signo linguístico. Estão presentes na memória na medida em que fazem parte da história de um determinado corpo: as imaginações são ideias das imagens produzidas no corpo. É porque as imagens presentes no corpo de um soldado e de um agricultor não são as mesmas que suas imaginações também serão distintas. Ao observar os rastros do cavalo na terra, a memória do soldado o conduzirá àquilo que seu corpo vivenciou: cavalo, cavaleiro, guerra, sangue, morte, gritos, odores, sentimentos de medo e raiva, etc. Ao observar os mesmos rastros, a memória do agricultor o conduzirá ao que fora experimentado por seu corpo: cavalo, arado, campo, colheita, alimento, frutos, odores, sons de pássaros, etc. Nos dois casos, as imagens evocadas não são estritamente visuais e perpassam também pelos afetos vividos. Um soldado pode ficar paralisado ou entrar em crise simplesmente ao ver rastros e lembrar da guerra; um camponês pode ficar eufórico ao ver os rastros e lembrar da colheita. Não existe memória que não seja afetiva.

Na linguagem as coisas não se passam exatamente da mesma maneira: um agricultor pode falar de uma guerra que nunca viveu, e um soldado pode narrar uma

---

recorrendo ao campo semântico da língua em questão — Espinosa permite conciliar as duas afirmações de Moisés e mostra não haver contradição entre elas.

39 “O que ele [Alpakhar] deveria, antes de mais, ter demonstrado era que todas aquelas passagens que estão em contradição com outras, mas só implicitamente, podem sem dificuldade interpretar-se metaforicamente a partir da natureza da língua e do contexto [...]” (TTP, XV, 226; G III 182-183)

40 Sobre esse assunto, veja-se as aproximações possíveis entre Espinosa e a corrente filológica contemporânea conhecida como crítica genética.

plantação da qual jamais tomou parte. Em casos como esses, a relação afetiva não será a mesma, bem como o encadeamento da linguagem não é, necessariamente, o da memória. Na linguagem a associação pode se dar por classes gramaticais, pela sonoridade das palavras (como ocorre na poesia), etc., e não necessariamente pelas vivências do corpo.<sup>41</sup> É justamente por não ligar-se diretamente<sup>42</sup> ao corpo e aos afetos que a linguagem — diferentemente da memória — permite construções que se distanciam inteiramente do conteúdo presente na mente (ideia do corpo).<sup>43</sup> Não há memória que não passe pelo corpo. Dessa maneira, o testemunho de séculos passados que nos chegam pelos livros ou pela oralidade não é memória, é conhecimento que se dá por ouvir dizer, isto é, conhecimento que se dá pelos signos (TIE, §19-20).<sup>44</sup>

A diferença entre a linguagem e a memória, no entanto, não se reduz ao fato de que a linguagem permite transmitir informações que não foram presenciadas pelo corpo, o que é impossível à memória. Há também as regras impostas pela gramática, que não coincidem com as regras de associação impostas pela memória. Em Espinosa essa discussão aparece com clareza, por exemplo, nos parágrafos 88-89 do TIE. Nesse momento Espinosa indica que é a natureza da linguagem o que nos faz derivar o infinito do finito, o independente do dependente, o incriado do criado, etc. O caso é relativamente claro nos casos das palavras “independente” e “incriado”.<sup>45</sup> Isto porque trata-se de palavras que etimologicamente foram criadas por um processo de derivação por prefixação, ao passo que os seus significados apontam para uma coisa que não pode ser derivada de nada justamente porque se trata de coisas que não foram criadas e que não dependem de nada. Tem-se, aí, casos em que a formação da palavra por derivação está claramente em desacordo com seu significado. Na natureza o incriado não deriva do criado, e nem o independente deriva do dependente. Trata-se de casos em que a gramática nos leva à confusão mental: “afirmamos e negamos muita coisa porque a natureza das palavras, não a natureza das coisas, permite afirmá-lo ou negá-lo” (TIE, §89). A diferença entre a memória e a linguagem também se faz presente de maneira explícita nos *Pensamentos Metafísicos* quando Espinosa trata da diferença entre a quimera, o ente fictício e o ente de razão (CM, I, cap. 3). Se o ente fictício é algo que pode ser produzido

41 Nesse caso, a associação se faz por conta do paradigma, e não necessariamente por conta do significado ou por conta da vivência da criança. Sobre a diferença entre associação sintagmática e associação paradigmática, cf. SAUSSURE, 1967, 170-175.

42 O que se liga diretamente ao corpo é a palavra, isto é, a articulação do som. O signo linguístico, no entanto, é composto de palavra e imaginação associados pela prática usual e liga-se ao corpo apenas de maneira indireta.

43 É a natureza da linguagem que permite dizer que “o pátio levantou vôo em direção à galinha do vizinho” (EIIP47esc.), quando na verdade se tem em mente que “a galinha levantou vôo em direção ao pátio do vizinho”.

44 Apesar de agrupar o conhecimento por ouvir dizer e o conhecimento por experiência vaga em um único gênero, tanto o KV (KV, II, 1) quanto a Ética (EIIP49esc2.) mantêm a distinção entre ambos.

45 Para uma discussão mais detalhada acerca da dedução do infinito a partir do finito, cf. FERREIRA, 2021.

pela imaginação a partir da junção de imaginações distintas, a quimera, por sua vez, é um ente puramente verbal (*ens verbale*), algo que, pela sua natureza, sequer pode passar pela imaginação. Um cavalo alado é algo que pode ser imaginado, um círculo quadrado é um ente puramente verbal, uma quimera, algo que só possui existência na linguagem e sequer pode ser imaginado. Por fim, quando se trata de um texto e não apenas de uma palavra ou expressão isolada, as regras de composição (posição discursiva assumida<sup>46</sup>, narrador<sup>47</sup>, estilo<sup>48</sup>, etc.) impõem ao texto relações e sentidos que não são possíveis à imaginação por ela mesma, e, nesse caso, permitem construções para além da memória e do que foi vivido. Mesmo em se tratando de fatos históricos, ao converter esses fatos em narrativas (faladas ou escritas), a própria estrutura da narrativa impõe ao historiador elementos que são mais do aspecto da linguagem do que da história;<sup>49</sup> e tais elementos da composição de uma narrativa impõem perspectivas, ênfases, seleções e estilos que não estão presentes nos fatos ou na natureza, mas apenas na linguagem.<sup>50</sup>

Como se percebe, o conhecimento por signos permite, e em muitos casos impõe, construções que se deslocam em relação à memória. É por isso que linguagem e memória não se confundem, apesar de estarem associados. Se a memória deve passar pelo corpo, tudo ocorre inversamente na linguagem: a linguagem existe justamente quando é possível comunicar a outro aquilo que não se viu e nem se presenciou.<sup>51</sup> É justamente esse o motivo pelo qual pode-se usar a linguagem para falar coisas que jamais se presenciou, como, por exemplo, eventos ocorridos séculos atrás ou eventos que jamais ocorreram, tais quais aqueles encontrados nas obras de ficção; ou, mesmo, para falar de coisas que são entes puramente verbais e que não estão presentes nem na natureza, nem no intelecto e nem na imaginação.

46 “[...] temos que ver quem é que disse, a quem o disse, e em que altura.” (TTP, VII, 121; G III 102)

47 A unidade do narrador e do estilo é um dos elementos usados por Espinosa para afirmar que o *Pentateuco* e outros livros da Bíblia não foram escritos por Moisés (Cf. TTP, VIII, 148-149; G III 125-126).

48 A noção de estilo aparece ao longo do TTP, por exemplo, no momento em que Espinosa indica as diferenças estilísticas presentes nos profetas (TTP, II, p. 35-36; G III 32-33). Sobre a noção de estilo, cf. AKKERMAN, 1997, p. 2-8.

49 Semelhante aos profetas, ao narrar um fato o historiador terá que assumir uma determinada posição discursiva, terá que selecionar os fatos a serem narrados de acordo com uma determinada perspectiva, terá que narrar em um determinado estilo o qual dará ênfase a tal o qual aspecto da narrativa, etc. Ou, como diz Bove: “A estrutura do imaginário se confunde mesmo, por vezes, com a estrutura da linguagem como é, por exemplo, o caso na formação dos mitos. Os princípios de associação da natureza humana nos fazem também compreender o quanto um determinismo verbal, ou gramatical, nos conduz, como um sonho, das maneiras usuais de dizer às maneiras de pensar.” (BOVE, 1991, p. 5.)

50 Motivo pelo qual pode-se distinguir a história da historiografia.

51 Para uma discussão acerca do assunto na linguística contemporânea, cf. BENVENISTE, 1966, p. 56-62. O que faz com que Benveniste negue que as abelhas possuam linguagem é justamente o fato de que apenas as abelhas que presenciaram o alimento possam comunicar às demais a sua localização. As abelhas que não o presenciaram não são capazes de repetir o movimento indicando às demais o local onde se encontra o alimento.



A partir de tais reflexões sobre a linguagem, pode-se perceber a distinção que há entre, de um lado, a memória, que é oriunda da maneira como a mente percebe as afecções do corpo, na qual está em jogo a ordem pela qual o corpo humano fora afetado pelos corpos exteriores; e, de outro lado, o conhecimento por signos, no qual está em jogo, além da imaginação e da ordem que lhe é própria, também, a economia do som articulado e a prática usual. Tais diferenças se tornam ainda mais evidentes quando se percebe que nem a gramática e nem as regras do método hermenêutico podem ser inteiramente deduzidas da natureza das imaginações.<sup>52</sup> Isto porque, em ambos os casos, entram em cena a economia do som articulado e a prática usual, que não podem ser ignoradas quando se trata de compreender a formação das palavras e o sentido em que elas são empregadas. É verdade que a relação entre a memória, a imaginação e o conhecimento por signos, não é uma relação mutuamente excludente: eles afetam-se mutuamente. Mas também não deixa de ser verdade que eles não se reduzem um ao outro. É este o motivo pelo qual, apesar de agrupá-los em um único gênero do conhecimento, Espinosa não os reduz a uma única coisa. Assim, se a essência das palavras e das imagens é constituída exclusivamente por movimentos corporais (EIIP48esc.), não é porque a imaginação é constituída por movimentos corporais, e nem porque constitui a essência das palavras.<sup>53</sup> Além disso, o motivo pelo qual, a partir do KV, Espinosa inverte a ordem em que estes dois tipos de conhecimento aparecem é o fato de que o conhecimento por signo pressupõe o conhecimento que se nos chega pelos sentidos, e não o inverso. É preciso que o pensamento da coisa e o pensamento do som articulado se formem para que estes sejam associados pelo uso comum. Ou seja, ainda que o conhecimento por signos venha sobredeterminar as imaginações, não deixa de ser verdade que é preciso que o corpo seja afetado pela coisa e pelo som articulado para que se forme o signo.

### Considerações finais

Das considerações tecidas acima acerca do pensamento de Espinosa sobre a linguagem e sobre as regras de seu método hermenêutico pode-se perceber que Espinosa jamais pensou o signo linguístico submetendo a articulação sonora ao significado, ou vice-versa; mas, antes, pensou cada uma desses elementos como tendo sua própria economia, seu próprio desenrolar. Ademais, essa própria junção entre som e imaginação, não muito distante da noção de significante e significado de Ferdinand de Saussure, se dá inteiramente mediada pela prática usual (*consuetudo*) e não por qualquer sorte de categoria metafísica. A práxis é um dos elementos cruciais da constituição de uma língua: é a prática que faz um povo juntar um som e uma imaginação para constituir um signo. É a prática o elemento que explica porque, no hebraico, o particípio degenera em adjetivo, isto é, porque um elemento

52 Acerca da crítica ao uso passivo da palavra feito vulgo, e da possibilidade de um uso ativo e filosófico da mesma. Cf. BOVE, 1991; CHAUÍ, 1971; CHAUÍ, 1983.

53 A palavra se deduz da articulação do som; os significados associados à palavra são deduzidos da imaginação; e a junção entre palavra e significado se deduz da prática usual (*consuetudo*).

linguístico muda de categoria gramatical. São práticas diferenciadas que fazem com que as orações do hebraico não se dividam conforme as orações do latim. É a prática que explica a maneira como a gramática hebraica concebe o tempo (CGLH, XIII; G I 343). Dessa maneira, para Espinosa, a prática não é um elemento extrínseco à língua, ou — para falar como Deleuze — uma espécie de cloaca onde se despejam determinações extralinguísticas; inversamente, a prática é fator determinante não apenas para as variações linguísticas, mas também para a própria estrutura da língua.<sup>54</sup> É da prática que se deriva uma norma, e não o inverso! Em suma, o que Espinosa propõe acerca da linguagem é uma concepção imanente e pragmática, na qual a língua é definida por sua causa próxima. Do ponto de vista de seu método hermenêutico, Espinosa pensa o texto a partir (i) de suas determinações linguísticas, (ii) das opiniões ou do modo de pensar de um autor e (iii) das diferentes versões que antecedem a versão final do texto. Seja na linguística seja na hermenêutica, o imanentismo de Espinosa em questões ligadas à linguagem se faz presente e por uma questão de método: em ambos os casos se procede por definições genéticas. E, em ambos os casos — na língua ou no texto —, a práxis é um dos elementos que compõem a causa próxima da estrutura e do sentido. Visto desse ponto de vista, Espinosa não parece distante das discussões contemporâneas acerca do pragmatismo linguístico, da crítica genética e da análise do discurso; e não é sem motivo que Michel Pêcheux preconize um retorno à Espinosa (PÊCHEUX, 1990)<sup>55</sup>, ou que Althusser (ALTHUSSER, 1980, p. 101-102) indique a relevância de Espinosa para pensar a interpelação do discurso ideológico.

---

54 “A impossibilidade de definir uma semântica, uma sintaxe ou mesmo uma fonemática, como zonas científicas de linguagem que seriam independentes da pragmática; a pragmática deixa de ser uma ‘cloaca’, as determinações pragmáticas deixam de estar submetidas à alternativa: ou se voltar para o exterior da linguagem, ou responder a condições explícitas sob as quais elas são sintaxizadas e semantizadas; a pragmática se torna, ao contrário, o pressuposto de todas as outras dimensões, e se insinua por toda parte [...]” DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 14-15.

55 Muito embora o próprio Pêcheux não parece ter compreendido as inovações trazidas por Foucault...

**Referências bibliográficas**

- AKKERMAN, F. (1997). Mots techniques – mots classiques dans le *Tractatus theologico-politicus* de Spinoza. In: TOTARO, Pina (org.). *Spinoziana: Ricerche di terminologia filosofica e critica testuale*. Firenze: Leo Olschki Editore. p. 1-22.
- ALTHUSSER, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes.
- ASKÉNAZI, J.; ASKÉNAZI-GERSON, J. (2006). Introduction. In: ESPINOSA, Baruch. **Abrégé de Grammaire Hébraïque**. Introduction, traduction française et notes par Joël Askénazi et Jocelyne Askénazi-Gérson. Paris: Vrin.
- BENVENISTE, E. (1966). Communication animale et langage humain. In: BENVENISTE, Emile. *Problème de linguistique générale I*. Paris: Gallimard.
- BOVE, L. (1991). La Theorie du Langage chez Spinoza. In: *L'Enseignement philosophique*, n° 4 de mars-avril, p. 16-31.
- CHAUÍ, M. (1971). A Linguagem na Filosofia de Espinosa: à guisa de introdução. In: *Revista Discurso*, ano 1, n.º 2, p. 69-118.
- \_\_\_\_\_. 1983. Linguagem e liberdade: o contradiscurso de Baruch de Espinosa. In: CHAUÍ, Marilena. *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo*. São Paulo: Brasiliense.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (2007). 20 de novembro de 1923 – Postulados da lingüística. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 2, São Paulo: Editora 34.
- ESPINOSA, B. (1983). Pensamentos metafísicos. In: *Espinosa – Vida e Obra*. São Paulo: Editora Abril Cultural (Coleção Os Pensadores).
- \_\_\_\_\_. 2004. *Tratado da reforma da inteligência*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2006. *Abrégé de Grammaire Hébraïque*. Introduction, traduction française et notes par Joël Askénazi et Jocelyne Askénazi-Gérson. Paris: Vrin.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Tratado Teológico-Político*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Ética*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- \_\_\_\_\_. 2012. *Breve Tratado de Deus, do homem e de seu bem estar*. São Paulo: Autêntica.
- FERREIRA, G. G. (2020). Imagem e imaginação na Ética: por uma teoria dinâmica da imaginação em Espinosa. *Cadernos Espinosanos*, v. 42, p. 125-149.
- \_\_\_\_\_. 2021. Infinito e número na filosofia de Espinosa. In: *Kriterion*, Belo Horizonte, n° 149, Ago., p. 365-386.
- GEBHARDT, C. (ed.) (1925). *Spinoza Opera*. Im Auftrag der Heidelberger Akademie der Wissenschaften herausgegeben von Carl Gebhardt. Heidelberg: Carl Winter. (4 vols.)
- GUINSBURG, J.; CUNHA, N.; ROMANO, R. (Orgs.). (2014). *Spinoza: Obra completa*. Tradução de notas por Jacob Guinsburg e Newton Cunha. São Paulo: Perspectiva. (4 vols.)

- MOREAU, P-F. (1994). *Spinoza: l'expérience et l'éternité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- OLASO, M. A. (1988). *Spinoza: filosofía, pasiones y política*. Madrid: Alianza Editorial.
- PÊCHEUX, M. (1990). Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, D. *L'inquiétude du discours*. Paris: Cendres. p. 245-260.
- REZENDE, C. 2004. Os perigos da razão segundo Espinosa: a inadequação do terceiro modo de perceber no Tratado da emenda do intelecto. In: *Cad. Hist. Fil. Ci.*, Campinas, série 3, v. 14, n. 1, p. 59-118, jan-jun.
- \_\_\_\_\_. 2012. A ira, o trovão e o círculo: aspectos aristotélicos da definição explicativa da essência no *De Emendatione* de Espinosa. In: *Analytica*, Rio de Janeiro, vol 16 nº 1 e 2, p. 85-118.
- SANTIAGO, H. (2013). O Compêndio de Gramática Hebraica de Espinosa é uma obra more geometrico demonstrata? In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. 2, p. 23-44, Maio/Ago..
- SANTOYO, V-M. P. (2009). Hermenêutica e pluralismo subjetivo: o fundamento da liberdade em Espinosa. In: *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, n.º XXI, jul-dez., p. 41-82.
- SAUSSURE, F. (1967). *Cours de linguistique générale*. Paris: Ed. Payot & Rivages.
- VINCIGUERRA, L. (2005). *Spinoza et le signe: la genèse de l'imagination*. Paris: Vrin.
- ZAC, S. (1965). *Spinoza et l'interprétation de l'Écriture*. Paris: Presses Universitaires de France.

Revista digital: [www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos](http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos)



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.